



**NÚCLEO DISTRIITAL DE VISEU**

**CARACTERIZAÇÃO DAS ONG e IPSS DO  
DISTRITO DE VISEU**

## **FICHA TÉCNICA**

**Autor:**

Núcleo Distrital de Viseu da REAPN

**Título:**

Caracterização das ONG e IPSS do Distrito de Viseu

**Data:**

2009

# ÍNDICE

	<b>Pág.</b>
Introdução	4
<b>1 - Enquadramento Teórico e Conceptual</b>	<b>5</b>
1.1 – Pobreza	5
1.2 – Exclusão Social	8
1.3 – As Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social	10
1.4 – Economia Social	12
1.5 – Voluntariado	14
<b>2 – Metodologia</b>	<b>15</b>
<b>3 - Análise de dados da caracterização sócio-institucional do Distrito de Viseu</b>	<b>17</b>
3.1 - Caracterização Institucional	17
3.2 - Modelos de Gestão e Prioridades das Organizações	24
3.3 - Identificação e caracterização dos principais problemas sociais na área geográfica de intervenção das Instituições	28
3.4 - Desenvolvimento e formas de actuação, de trabalho e intervenção	33
3.5 - Representações sobre a exclusão social e formas de intervenção para a sua atenuação ou resolução	43
Conclusões	48
Bibliografia	50
Webgrafia	52
Anexos	56

## INTRODUÇÃO

A REAPN é regida por pressupostos de intervenção dos quais se destacam o parceria e a participação; a abertura da organização para estratégias de cooperação; iniciativas renovadoras e modelares e respectiva promoção e divulgação; formação e informação contínua e alargada; troca de serviços, saberes e de experiências; compreensão da luta contra a pobreza e exclusão social, constituindo-se enquanto parceiro na definição, implementação e avaliação das políticas sociais em Portugal através de acções protocoladas com instituições publicas e privadas.

O eixo da investigação constitui parte importante da actividade global da REAPN uma vez que é a componente teórica que justifica a actuação da REAPN na prática. Só na presença de dados objectivos trabalhados junto com diversos organismos se consegue uma actuação criteriosa no terreno. Para o Núcleo de Viseu, a investigação é um trabalho que permite identificar as principais áreas problemáticas, bem como problemas e necessidades das populações e dos territórios em referência. O seu objectivo passa por incrementar o conhecimento da realidade social e organizacional distrital e promover a eficácia das acções de luta contra a pobreza e a exclusão social. Deste modo, o Núcleo Distrital de Viseu decidiu realizar, em 2008, um estudo de caracterização das ONG e IPSS.

A realização do estudo pautou-se por diversas fases, que constam no Quadro N.º 1, evidenciando-se a aplicação do inquérito às instituições do Distrito, o tratamento estatístico dos dados e sua análise e a elaboração do relatório. A aplicação dos questionários às instituições constantes na nossa base de dados foi realizada via correio postal, e-mail e telefone.

**Quadro N.º 1 – Fases do Estudo de Investigação**

Fases do Estudo de Investigação	CALENDARIZAÇÃO				
	2008			2009	
	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro
1-Aplicação do Inquérito às Instituições					
2-Tratamento estatístico e Análise					
3-Redacção de Apresentação do Relatório					

# 1 - ENQUADRAMENTO TEÓRICO E CONCEPTUAL

Parece-nos pertinente iniciar este estudo de investigação com uma explanação teórica dos conceitos orientadores da investigação a que ela se reporta, designadamente ao estudo sobre as organizações de solidariedade social do Distrito de Viseu.

Começamos por fornecer algumas noções de **pobreza e exclusão social** (os fenómenos que essas organizações tentam reduzir) para seguidamente começar de explicar como são percebidas as **organizações não governamentais de solidariedade social (ONG)**, no fundo o foco principal do estudo, de **economia social** (campo económico onde estas se inserem) e **voluntariado**, por ser em grande parte a este nível que os dirigentes exercem a sua acção no interior das organizações.

## 1.1 – POBREZA

A pobreza pode ser entendida por uma “ (...) realidade pluridimensional, caracterizada por uma situação de carência em aspectos diversos das condições de vida, mais precisamente, em domínios ligados a necessidades elementares (alimentação, vestuário, habitação, educação, etc.). Correntemente, uma carência não ocorre isoladamente. A pessoa (ou família) em estado de privação num domínio normalmente também tem carências noutros domínios (...)” (Costa, 1984). A definição de Costa remete-nos para um conceito de pobreza que revela uma privação material e social. Pobreza no sentido de carência material refere-se às necessidades sentidas ao nível quotidiano em áreas como alimentação, vestuário, habitação e cuidados de saúde. Neste sentido, o conceito pode ser entendido como carência de bens e serviços essenciais. Bruto da Costa salienta dois aspectos essenciais no estudo do fenómeno pobreza: a privação, que é uma condição de carência, de necessidades básicas humanas não satisfeitas e a falta de recursos<sup>1</sup>.

Com esta observação o autor pretende realçar a ideia de que só existe pobreza se a privação de necessidades básicas for motivada pela falta de recursos, isto é, uma pessoa que não tenha meios para satisfazer as suas necessidades básicas nunca vai ser uma pessoa autónoma, vai estar sempre dependente de ajudas que só lhe irão satisfazer as necessidades primárias momentaneamente. É neste sentido que Bruto da Costa refere que é necessário desenhar projectos e programas de luta contra a pobreza que tenham como finalidade

---

<sup>1</sup> Costa, Alfredo Bruto, “Uma Conversa sobre Pobreza – conceitos, políticas e acções em Portugal” Porto, REAPN, 2003.

promover o acesso a pessoas em situação de pobreza aos recursos, para que estes constituam um meio de tornar as pessoas autónomas capazes de suprimir as suas necessidades elementares.

Segundo o mesmo autor (2003), “as duas primeiras noções de pobreza consideram-se objectivas, por oposições à pobreza subjectiva. Consideram-se objectivas porque assentam na avaliação das condições de vida concretas das pessoas e famílias, indiferentemente de modo como estas (pessoas e famílias) analisam e avaliam a sua própria situação. A pobreza subjectiva, pelo contrário, apoia-se exclusivamente no juízo que as pessoas e as famílias fazem sobre a sua própria condição, quer face às suas necessidades e aspirações, quer por comparação com os outros ou com a sociedade em geral”. Através desta concepção dos tipos de pobreza podemos evidenciar que a pobreza subjectiva leva em consideração o olhar das próprias pessoas em relação às suas necessidades, desejos, ambições de vida quando se comparam com os outros. A pobreza absoluta significa a ausência de um conjunto de bens básicos. A pobreza relativa é a ausência de alguns bens em comparação ao padrão de vida de cada sociedade.

Para Luís Capucha (1995) a noção de pobreza absoluta tem uma vertente sócio-económica, enquanto a pobreza relativa já se insere na vertente *culturalista*. A pobreza sócio-económica está associada à noção de subsistência que define as pessoas e as famílias cujos recursos são tão escassos que não promovem um bem-estar físico e psicológico, não suprimindo as necessidades básicas das quais o ser humano necessita para viver. A noção *culturalista* de Pobreza considera que esta varia no tempo e no espaço, ou seja, são pobres todas as pessoas cujos recursos materiais, culturais e sociais são tão escassos que as excluem dos modos de vida dominantes das sociedades em que se encontram.

Como refere Ana Cardoso (Caritas, 2006) existem factores que contribuem para a acentuação da pobreza, como a sociedade de consumo, a depreciação de algumas profissões, a forma como se organizam as políticas e as suas formas de actuação e a percepção que cada um de nós tem sobre este fenómeno.

Num nível global destacamos alguns factores da pobreza tais como: os modelos de desenvolvimento economicista e consumista predominantes no mundo dando origem a diversas formas de pobreza, a imposição desses modelos aos países mais pobres, acentuando mecanismos de reprodução de pobreza nestes países. Como exemplo disso temos um fenómeno actual que se denomina por “globalização”, em que as desigualdades sociais se acentuam, pois hoje as várias nações do mundo recebem inúmeras classificações: regiões desenvolvidas e industrializadas e outras subdesenvolvidas ou em desenvolvimento; países do norte (ricos) e do sul (pobres); sociedades de tecnologias avançadas e sociedades de tecnologias atrasadas; nações de primeiro Mundo e nações de segundo ou terceiro Mundos; países de centro ou de periferia.

A expansão do mercado global traz contradições aos países que lutam para nele se integrar. Ao mesmo tempo que passam a usufruir dos benefícios do “progresso” (se bem que estes benefícios não atingem a sua população como um todo, acentuam as desigualdades sociais já existentes) estão condenados também a transformações culturais que significam, por vezes, a perda da sua soberania. A submissão à superioridade tecnológica e económica significa também a submissão a um outro tipo de organização social, outros estilos de vida, outros valores além da criação de novas necessidades cuja satisfação só é possível com a participação na economia de mercado. Neste processo as sociedades submetidas desorganizam-se socialmente e passam a depender das grandes empresas, seja para se integrarem no mercado mundial, seja para a aquisição do conhecimento técnico-científico adequado à sua nova realidade.

Verificamos, assim, que o domínio da economia de mercado é portanto avassalador e as nações por ela atingidas têm poucas hipóteses de manter a sua autonomia. É, portanto, visível que o contraste entre riqueza e pobreza continua a compor o quadro mundial. Fala-se em desenvolvimento, novas tecnologias, melhorias na qualidade de vida, aumento de bens de consumo. São sinais de progresso que subentendem o bem-estar dos seres humanos. Porém, o que se observa é que este progresso é parcial. A forma como está organizada a sociedade global não dá acesso a todos os cidadãos aos seus benefícios. As desigualdades sociais estão presentes mesmo no Primeiro Mundo, que, a rigor deveria ter um desenvolvimento social óptimo. Pobreza e miséria nas grandes cidades dos países desenvolvidos criam e recriam tensões sociais e inseguranças que ameaçam a vida de todos.

A violência urbana é uma realidade, exemplo das desigualdades e do distanciamento social entre os habitantes das cidades. São cada vez mais evidentes os processos de concentração de riqueza por um lado e de empobrecimento por outro. O desemprego aumenta as desigualdades sociais. As migrações de regiões mais críticas para as grandes cidades mundiais acentuam os conflitos étnicos, preconceitos e discriminações. Os desempregados, os imigrantes e os mais desfavorecidos são os principais atingidos, agravando as tensões e fragmentações. Ciência, tecnologia e informação são dados fundamentais da vida humana na sociedade global e levam a uma reorganização do espaço habitado. Sabe-se que este é um processo irreversível, é a realidade com a qual nos defrontamos, por isso é preciso estudá-la, repensá-la, analisá-la e humanizá-la.

A pobreza e a exclusão social constituem um dos maiores desafios do nosso século, na medida em que colidem com o exercício dos direitos fundamentais dos seres humanos. A União Europeia, a partir da Cimeira de Lisboa (2000), assumiu também estas problemáticas como centrais no processo de construção europeia, posicionando o objectivo da coesão social ao mesmo nível do crescimento económico e do emprego.

O Plano Nacional para a inclusão (2006-2008) apresentava uma estratégia nacional de inclusão social, assente numa análise do contexto sócio-económico e os seus reflexos sobre a pobreza e a exclusão social. Neste contexto, foram identificadas um conjunto de prioridades políticas assumidas pelo Governo Português, sendo estas as seguintes:

- Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;
- Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação;
- Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência e dos emigrantes.

Foi com base nestas prioridades que o PNAI definiu medidas concretas e metas de execução. A estratégia global assumiu como grande finalidade a inclusão de todos os cidadãos, garantindo o acesso aos recursos, aos direitos aos bens e aos serviços, bem como promover a igualdade de oportunidades de participação social numa sociedade com melhor qualidade e coesão social.

## **1.2 – EXCLUSÃO SOCIAL**

Quando falamos em pobreza, associamos sempre este fenómeno à ideia de exclusão social. Podemos dizer que a pobreza é uma forma de exclusão social, porque quando pensamos ou falamos de pobres estamos a diferenciá-los de todas as estruturas sociais normalizadas. Isto é, a pobreza é um estado de vida que se distingue dos padrões sociais de vida da cultura dominante.

Castel (1998) afirma que *“a exclusão social foi considerada o mais extremo ponto do processo de marginalização, que se traduz no processo de ruptura do relacionamento entre indivíduo e sociedade, gerando uma compreensão ampla da exclusão como processo multidimensional e multifacetado”*. Assim, a exclusão social é o resultado do processo de marginalização, sendo este um percurso descendente, ao longo do qual se verificam sucessivas *rupturas* na relação do indivíduo com a sociedade.

Um ponto relevante desse percurso corresponde à ruptura em relação ao mercado de trabalho, como o desemprego, nomeadamente o desemprego prolongado ou mesmo um afastamento irreversível face a esse mercado.

De acordo com Room (2000), a multidimensionalidade e dinamicidade seriam as duas principais características da exclusão social que a diferenciariam da pobreza. Contudo, elas não seriam suficientes para eliminar essa relação de subordinação da primeira em relação à segunda.



Uma abordagem diferente é feita por Xiberras (1993), “ a exclusão social pode ter três dimensões: exclusão de categorias de população, como população negra ou população idosa, por exemplo; exclusão de grupos resultante de outros processos de exclusão como, por exemplo, grupos raciais criados em consequência de racismo; ou ainda exclusão provocada por processos outros, não directamente vinculados, como a exclusão decorrente de processos de modernização, que provocam o desemprego e a exclusão de um grupo do mercado de trabalho”.

Isto significa que a exclusão social pode ser resultado da submissão de um indivíduo ou grupo à pobreza, mas pode também resultar de valores culturais que definem o que deve ser considerado benéfico ou não. Os idosos são excluídos não porque ser velho é intrinsecamente negativo ou originalmente relacionado à pobreza, mas por estar socialmente relacionado a valores culturais, sociais e morais que definem o que é bom ou mau em determinada sociedade.

Podemos ainda relacionar intrinsecamente o fenómeno da exclusão social à existência de desigualdades. Actualmente existem muitas formas de desigualdades: de sexo, de religião, de raça e de modos de vida. Estes tipos de desigualdades estão fundamentados em vários factores, como o enfraquecimento dos valores relativos à igualdade, o crescimento das desigualdades estruturais e o aparecimento de novas desigualdades provenientes da evolução desmedida das sociedades ocidentais. Presentemente existem nas sociedades desigualdades que atingem todos os grupos sociais, tornando toda a população susceptível a este problema.

Exclusão social é um fenómeno complexo com diversas dimensões. A exclusão de cariz económico é percebida como *“uma situação de privação múltipla por falta de recursos e é vulgarmente caracterizada por más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário, desemprego e condições de habitação que não garantem um conforto e protecção básicos”* (Costa, 1998). A exclusão de cariz social, *“situa-se no domínio dos laços familiares. É uma situação de privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento”* (Costa, 1998). A exclusão pode, também, dever-se a factores de ordem cultural (Costa, 1998), sendo o racismo, a xenofobia e o etnocentrismo cultural exemplo disso.

Um último tipo de exclusão referida pelo autor é a exclusão patológica. Esta refere-se à existência, na pessoa excluída, de comportamentos auto destrutivos, como por exemplo as toxicodependências.

De acordo com estes tipos de exclusão, Costa (1998) salienta vários níveis de exclusão: social, económica, institucional, territorial e ao nível das referências simbólicas.

A nível económico, a exclusão manifesta-se pela ausência de bens materiais, e pela impossibilidade de aceder a mecanismos que produzem recursos, como por exemplo o acesso ao emprego.

A nível institucional, a exclusão ocorre em indivíduos que não podem integrar-se em entidades que prestam serviços tais como, instituições cujas funções se relacionam com a defesa dos direitos cívicos e políticos das pessoas. A exclusão a nível territorial significa que esta não está só atribuída a um grupo social específico mas também existe num determinado território. A nível das referências simbólicas, a exclusão pode ser associada à quantidade de perdas sentidas pelo indivíduo, como a perda da identidade social e pessoal em que os laços familiares e sociais não existem ou são quebrados.

Apesar do conceito de exclusão enquadrar algumas dimensões retratadas na evolução do conceito de pobreza, ambos apresentam diferenças. Enquanto a pobreza baseia-se em aspectos distributivos, a exclusão social incide em aspectos relacionais, apresentando um processo mais complexo e dinâmico, associado a uma trajectória que conduziu à marginalização, alastrando situações de rupturas familiares, sociais, carências habitacionais, isolamento social entre outros.

### **1.3 - AS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL**

As Organizações Não-Governamentais de Solidariedade Social (ONG), são percebidas como “organizações que, não sendo do Estado, produzem bens e serviços de interesse geral e que, sendo privadas, não têm como objectivo principal a apropriação individual do lucro” (Ferreira:2002:5). Possuem geralmente acordos de cooperação com o Centro Distrital de Segurança Social. O campo de actuação das ONG relaciona-se com a solidariedade social e com a intervenção junto dos grupos mais desfavorecidos da população.

As instituições escolhem as suas áreas de actividade e prosseguem a sua acção. O Estado aceita, valoriza e apoia esse contributo das instituições, concretizando o seu apoio através do estabelecimento de acordos de cooperação.

É assim que vão aparecendo muitas dinâmicas. Começaram por ser predominantemente assistencialistas, mas depois desenvolveram-se em organizações de acolhimento e de apoio educativo de crianças e jovens, de actividades e ocupação promocional de tempos livres, de acompanhamento e favorecimento do convívio, de residência de idosos e

valorização dos mesmos, ou de acolhimento, promoção, formação e encaminhamento para a vida activa de pessoas com deficiência.

Segundo Lino Maia (Presidente da CNIS) a sua capacidade de desenvolvimento prossegue com a abertura a problemáticas que emergem das novas formas de pobreza e exclusão e com a aventura na criação de empresas de inserção e combate ao desemprego, na concepção da cultura, do meio ambiente e da arte como espaço de expansão para os homens com necessidades de expressão e com sonhos de infinito. Resultam de sinergias e entrega voluntária a sensibilidades, a capacidades de intuir necessidades e projectar respostas, a sonhos, a propósitos e a ideias. Derivam também de uma entrega e uma dádiva de tempo de vida, que tem sido feita na base de uma dinâmica própria, que tem levado à concretização de múltiplas acções, na sua grande maioria com resultados concretos e palpáveis na melhoria das condições de vida de muitos dos cidadãos. Resultam, também, de um tempo e uma prática de inegável virtude: de saber crer, saber querer, saber fazer.

Essa ciência de saber querer e saber fazer assenta numa cultura, ou numa forma de estar na vida, em que se foram desenvolvendo valores como os da fé, da vontade, da justiça, da verdade, da persistência, da teimosia, da defesa e promoção de valores e saberes – de natureza e de virtude – que sustentam a solidariedade como valor estruturante de todas as motivações dessas organizações.

As IPSS tentam assumir uma identidade que assenta numa prática que tem sido desenvolvida ao longo de décadas, com uma postura específica perante a vida, os problemas e os dramas sociais, solidificando-se e adaptando-se às realidades, às necessidades e às vicissitudes de cada época.

Revestem a forma de associações de solidariedade social, associações de voluntários de acção social, associações de socorros mútuos, de fundações de solidariedade social ou de Irmandades da Misericórdia. Umhas estão vocacionadas para a infância e juventude, através de Creches, Jardins-de-infância, Lares e Centros de Acolhimento Temporário, outras para trabalho com pessoas com deficiência ou com excluídos da e na sociedade, ou com idosos, para trabalho comunitário, sócio-educativo (em jardins de infância, ATL e ensino).

No seu conjunto, essas Instituições Particulares de Solidariedade Social, situam-se no designado Terceiro Sector, ou melhor, no Sector da Economia Social Solidária.

## 1.4 - ECONOMIA SOCIAL

As Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), as cooperativas, paróquias, fundações ou associações recreativas formam um sector económico denominado de Economia Social ou Terceiro Sector.

Existem outros termos para denominar a mesma realidade, tais como Sector Não-Lucrativo, Sector Solidário ou Sector de Solidariedade Social. Na esfera da Economia Social, estão o associativismo, o cooperativismo e o mutualismo, como formas de organização da actividade produtiva.

Ao longo dos últimos 150 anos, a Economia Social vem ganhando expressão e os seus objectivos passam necessariamente pela solidariedade e pelo desenvolvimento integrado da comunidade e do Homem. Nesta sequência de ideias, a Economia Social ou Terceiro Sector pode eventualmente substituir a acção do Estado ou ser um prolongamento deste na implementação de suas políticas sociais.

Basicamente inclui dois tipos de organizações: aquelas que funcionam como empresas, embora não visem o lucro (liminarmente relacionadas com o movimento cooperativo) e as organizações privadas mantidas por donativos, quotizações, trabalho voluntário e recursos públicos, tais como associações e fundações.

Quanto às raízes do Terceiro Sector, remontam às acções assistenciais, de protecção social e caridade da Igreja Católica, voltadas para os grupos sociais mais desfavorecidos (idosos, doentes, pessoas com deficiência, crianças, etc.).

Depois da Revolução Francesa, surgem as organizações de cariz mutualista, assentes na entreatajuda e dispensando apoios externos. São exemplos do movimento mutualista as Associações de Socorros Mútuos e as caixas económicas, como o Montepio Geral.

Na viragem para o século XX, assiste-se à institucionalização destas organizações pelo reconhecimento do seu importante papel em situações de fragilidade, através da sua consagração na Lei. É também neste contexto que passa a ser denominado Economia Social, sobretudo e primeiramente em França.

O final da década de 70 do século XX, por seu turno, é marcado por uma crise económica e social, acompanhada por uma progressiva globalização económica e pelas transformações nas políticas do mercado de trabalho e da protecção social, reflexo das crescentes dificuldades fiscais do Estado (em crise e retracção). Estas dificuldades levaram os governos a procurar transferir para o sector privado a provisão de um conjunto de bens e serviços públicos. A

redução do crescimento económico durante os anos 70, associada ao crescimento do desemprego e a um ambiente de incerteza, gerou um sentimento de desconfiança em relação à capacidade do sistema para garantir o bem-estar e sua sustentabilidade a longo prazo.

Estas realidades impulsionaram a revitalização do Terceiro Sector, reflectindo-se na constituição de estruturas federativas de representação comum a nível nacional e transnacional e na reafirmação da identidade comum, enfatizando os seus princípios originais. O Terceiro Sector sofreu também uma renovação, como forma de adaptação e de resposta a novos problemas sociais, como as novas formas de pobreza, a exclusão social e o desemprego. Em forma de resposta, para além das tradicionais organizações, surgem as Organizações Não Governamentais (ONG) em áreas de intervenção tão inovadoras como o comércio justo ou o crédito solidário.

A consolidação das organizações do Terceiro Sector foi acompanhada pela criação de novos quadros jurídicos em vários países da União Europeia.

Ao abordar a questão da actualidade da Economia Social em Portugal, julga-se conveniente estabelecer um paralelo com outras realidades europeias. Assim, será necessário referir que em Portugal, o conceito de Economia Social não está tão desenvolvido quando comparado a outros, como a Suécia e a Finlândia. Nestes, a sociedade civil tem grande expressão e organização, gerando empresas sociais que têm como objectivo a maximização do lucro mas em que a totalidade ou parte desse lucro é reinvestido no desenvolvimento social, na educação e na cultura da população. Nestes contextos, deparamo-nos com uma sustentabilidade dos sistemas de Segurança Social, uma vez que as funções sociais são cobertas não só pelo Estado-Providência, mas também pela sociedade civil. Nos países nórdicos existe uma maior consciência social, que é ainda necessário desenvolver em Portugal.

Tem-se assistido, nos últimos anos, ao crescimento em grande escala do sector social em Portugal. Este desenvolvimento é claramente sustentado no aumento do número de cooperativas, da curiosidade científica na temática e nas diversas políticas com efeitos directos e indirectos no Sector.

Estas instituições contribuem como aliadas decisivas do Estado, pela sua capacidade de gerar maior oferta social a um custo inferior ao praticado pelo mesmo, permitindo, na presente conjuntura económica a convivência dos desideratos da redução de custos e intervenção social e pelo seu forte apelo à intervenção cívica do cidadão.

## 1.5 - VOLUNTARIADO

Segundo o artigo 2º da Lei nº 71/98, de 3 de Novembro o voluntariado é “o conjunto de acções de interesse social e comunitário, realizadas por pessoas, no âmbito de projectos, programas e outras formas de intervenção ao serviço dos indivíduos, das famílias e da comunidade, desenvolvidos sem fins lucrativos por entidades públicas e privadas.” De acordo com o artigo 3º do mesmo diploma, voluntário é “o indivíduo que de forma livre, desinteressada e responsável se compromete, de acordo com as suas aptidões próprias e no seu tempo livre, a realizar acções de voluntariado no âmbito de uma organização promotora”.

O voluntariado é uma actividade inerente ao exercício de cidadania que se traduz numa relação solidária para com outros, participando de forma livre e organizada, na solução dos problemas que afectam a sociedade em geral. Nesse sentido, o principal impulso para o voluntariado é a solidariedade.

## 2 - METODOLOGIA

O universo de estudo, considerado nesta parte da investigação, foi o das Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social do Distrito de Viseu. Para uma maior fidelidade construiu-se uma lista das referidas organizações a partir de dados oriundos da base de dados do Núcleo Distrital de Viseu da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (REAPN). No total foram consideradas 60 instituições das 241 existentes.

A opção pela utilização de métodos quantitativos de recolha de dados, deve-se em primeiro lugar, à dimensão do universo considerado. Nesse sentido, adaptou-se um inquérito por questionário.

O inquérito (ver anexo) procura inquirir as instituições sobre cinco dimensões principais:

**Caracterização institucional:** questões sobre natureza jurídica da Instituição, área geográfica de intervenção, número de funcionários, técnicos, voluntários e utentes em cada uma das valências da Instituição;

**Modelos de gestão e prioridades da organização:** questões sobre a actividade profissional de todos os membros da Direcção, o processo de eleição dos corpos sociais, a pertença a algum organismo, as prioridades no sentido de melhorar o funcionamento da instituição;

Identificação e caracterização dos **principais problemas sociais na área geográfica** de intervenção da instituição. Procura identificar os problemas sociais na área geográfica, a qual deles respondem as instituições prioritariamente, as formas para detectar esses mesmos problemas e a avaliação da actuação face aos mesmos;

Sobre o **desenvolvimento e formas de actuação, de trabalho e intervenção** são avançadas questões como a identificação de Instituições/Organizações com as quais a própria instituição trabalha e/ou colabora, que tipo de trabalho/colaboração existe, as fontes de financiamento do Estado, a participação e/ou desenvolvimento em programas nacionais e a identificação dos mesmos, os motivos para a não participação, as soluções para melhorar os meios humanos das instituições, nomeadamente se trabalham em parceria com outras instituições ou se trabalham sozinhas.

Em termos de **representação sobre exclusão social** e formas de intervenção para a sua atenuação ou resolução, questiona-se a opinião sobre a evolução das situações de pobreza nos últimos cinco e próximos anos, na zona e no país, os grupos sociais mais vulneráveis a situações de exclusão social, a opinião sobre a quem cabe uma maior

responsabilidade pela resolução dos problemas, quais os beneficiários directos preferenciais da intervenção social desenvolvida pelas instituições e, por ultimo, a forma de actuação que a instituição considera como a mais adequada ao combate da exclusão social.

Como referido anteriormente, a metodologia utilizada na recolha de dados foi de âmbito quantitativo já que consistiu na aplicação de um inquérito por questionário. Tratou-se de um inquérito de “administração indirecta” (Quivy e Campenhoudt, 2003:188) porque é o próprio inquiridor a preenchê-lo no caso dos inquéritos por telefone. Os inquéritos foram aplicados via telefone, correio postal e e-mail. A análise dos dados reveste-se de uma importância significativa: “Os dados recolhidos por um inquérito por questionário, em que grande número de respostas são pré-codificadas, não tem significado em si mesmas. Só podem portanto ser úteis no âmbito de um tratamento quantitativo que permita comparar as respostas globais de diferentes categorias sociais e analisar as correlações entre variáveis” (Quivy e Campenhoudt, 2003:190).

Pretendemos então saber acima de tudo quais as características das Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social no Distrito de Viseu.



### 3 - ANÁLISE DE DADOS DA CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-INSTITUCIONAL DO DISTRITO DE VISEU

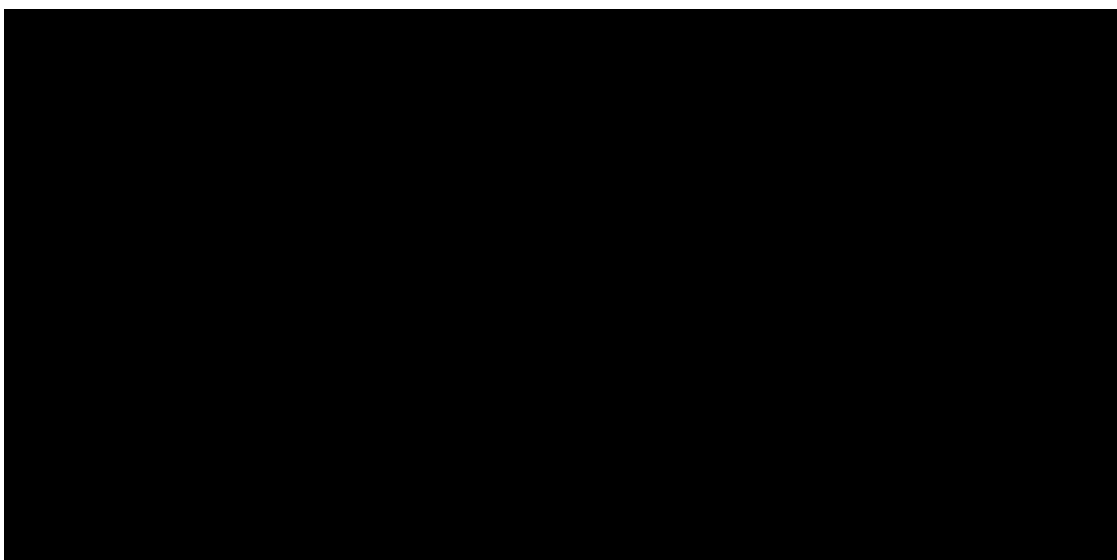
#### 3.1 - CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL

O Distrito de Viseu possui **241** Organizações Não Governamentais de Solidariedade Social distribuídas pelos **24** Concelhos. A amostra do estudo é de **60** instituições e a escolha do número de instituições de cada concelho foi seleccionada de forma proporcional entre a dimensão territorial e populacional de cada concelho e o número de instituições existentes. Os concelhos com um maior número de Instituições são os de *Viseu*, a que não é alheio o facto de ser a capital do Distrito, com **10** instituições representadas (**16,7%**), o de *Tondela* com uma representatividade de **7** (**11,7%**) e o concelho de *Castro Daire* com **6** (**10%**). Nos últimos lugares encontram-se *Armamar*, *Mortágua*, *Oliveira de Frades*, *Penedono*, *Resende*, *Sernancelhe*, *Tabuaço*, *Tarouca*, *Vila Nova de Paiva* e *Vouzela* com apenas **1** (**1,7%**) instituição representada.

Quadro 2: Número de Instituições por Concelho

Instituições	Nº
Armamar	1
Carregal do Sal	2
Castro Daire	6
Cinfães	3
Lamego	4
Mangualde	3
Moimenta da Beira	2
Mortágua	1
Nelas	2
Oliveira de Frades	1
Penalva do Castelo	2
Penedono	1
Resende	1
Stª Comba Dão	2
S. João da Pesqueira	2
S. Pedro do Sul	3
Sátão	2
Sernancelhe	1
Tabuaço	1
Tarouca	1
Tondela	7
Vila Nova de Paiva	1
Viseu	10
Vouzela	1
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>

Ao nível das da Natureza Jurídica das Instituições conforme se pode observar no gráfico nº1, reparamos que no Distrito de Viseu a maioria das Instituições são Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), num total de **37 (61,7%)**. Em seguida mas com um número bastante inferior, aparecem os Centro Paroquiais com **12 (20%)** e em menor número surgem as Associações de Desenvolvimento e as Cooperativas com uma representatividade apenas de **1 (1,7%)** respectivamente.



O quadro 3 apresenta-nos a Área Geográfica de intervenção das várias instituições. Segundo os dados obtidos, são **36 (46,8%)** o número de instituições que operam ao nível de Freguesia/Paróquia. Existem **21 (27,3%)** a operar ao nível de Concelho. Em menor número surgem as instituições a operar a nível Nacional e Transnacional (respectivamente **4 – 5,2%** e **1 – 1,2%**).

**Quadro 3: Área Geográfica de Intervenção**

Área Geográfica	Valores Absolutos	Percentagem (%)*
<b>Freguesia/Paróquia</b>	36	46,8
<b>Concelhia</b>	21	27,3
<b>Distrital</b>	8	10,4
<b>Regional</b>	7	9,1
<b>Nacional</b>	4	5,2
<b>Transnacional</b>	1	1,2
<b>TOTAL</b>	<b>77</b>	<b>100,0</b>

\*para a obtenção deste valor foi calculado o valor relativo da resposta encontrada para cada categoria relativamente ao nº total de respostas visto ser uma pergunta de múltipla escolha

Quanto ao número de funcionários existentes nas Instituições, podemos constatar no quadro 4 que no Distrito de Viseu as instituições são maioritariamente de reduzida e de média dimensão uma vez que 4 instituições (**6,7%**) possuem 5 ou menos funcionários, **14 (23,3%)** possuem até 10 funcionários e **22 (36,7%)** possuem até 20 funcionários. Das 60 Instituições inquiridas, são **11 (18,3%)** as que possuem mais de 50 funcionários, ou seja de maior dimensão.

**Quadro 4: Número de Funcionários**

<b>Número de Funcionários</b>	<b>Número de Instituições</b>	<b>Percentagem (%)</b>	<b>Freq. Acumulada</b>
<b>1 a 5 funcionários</b>	4	6,7	6,7
<b>6 a 10 funcionários</b>	14	23,3	30,0
<b>11 a 20 funcionários</b>	22	36,7	66,7
<b>21 a 50 funcionários</b>	9	15,0	81,7
<b>Mais de 50 funcionários</b>	11	18,3	100
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100,0</b>	<b>100</b>

Pareceu-nos pertinente perceber qual a relação existente entre a natureza jurídica das instituições e o número de funcionários da instituição. Os resultados obtidos demonstram que a natureza jurídica das ONG não é independente do número de funcionários existentes. As IPSS apresentam um valor mais elevado de 11 a 20 funcionários. As Misericórdias aparecem em maior número como consideradas de *grande dimensão*. Quanto às instituições de pequena dimensão, são os centros paroquiais que apresentam um maior valor.

**Quadro 5: Número de funcionários segundo a Natureza Jurídica da Instituição**

Natureza Jurídica	Número de Funcionários					TOTAL
	1 a 5 funcionários	6 a 10 funcionários	11 a 20 funcionários	21 a 50 funcionários	Mais de 50 funcionários	
IPSS	2	10	16	3	6	37
Misericórdia	0	0	0	2	4	6
Centro Paroquial	2	4	4	2	0	12
Associação de Desenvolvimento	0	0	1	0	0	1
Fundação	0	0	1	1	1	3
Cooperativa	0	0	0	1	0	1
<b>TOTAL</b>	<b>4</b>	<b>14</b>	<b>22</b>	<b>9</b>	<b>11</b>	<b>60</b>

**Legenda:**

**1 a 5 Funcionários** – Pequena Dimensão

**6 a 10 Funcionários** – Pequena Dimensão

**11 a 20 Funcionários** – Média Dimensão

**21 a 50 funcionários** – Grande Dimensão

**Mais de 50 Funcionários** – Grande Dimensão

No quadro 6 podemos constatar que a população a que as Instituições dedicam mais a sua actividade é aos idosos com **49 (81,7%)**, facto ao qual não é alheia a problemática do envelhecimento no Distrito de Viseu (segundo o INE, em 2006 havia 78 908 pessoas com 65 e mais anos no distrito numa população total de 394 844). Os grupos sociais aos quais as ONG dedicam menos tempo são as mulheres e as famílias com **1 (1,7%)** e **5 (8,3%)** respectivamente.

**Quadro 6: Tipo de População Alvo que a Instituição dedica a sua Actividade**

<b>População Alvo</b>	<b>Valores absolutos</b>	<b>Percentagem (%)*</b>
<b>Idosos</b>	49	81,7
<b>Jovens</b>	14	23,3
<b>Crianças</b>	23	38,3
<b>Mulheres</b>	1	1,7
<b>Famílias</b>	5	8,3
<b>Deficientes</b>	9	15
<b>Outros</b>	2	3,3

\*para a obtenção deste valor foi calculado o peso relativo da resposta encontrada para cada categoria relativamente ao universo considerado (60). Por ser uma pergunta de múltipla escolha (uma vez que uma instituição pode trabalhar com vários tipos de população alvo) o total n é igual a 100%

Segundo o quadro 7, as valências que existem em maior número no Distrito de Viseu são o Apoio Domiciliário e o Centro de Dia. Existem **44 (73,3%)** instituições com a valência do Apoio Domiciliário e **27 (45%)** com a valência de Centro de Dia. Estas valências aparecem em maior número devido ao envelhecimento populacional que se faz sentir no Distrito. Seguidamente aparecem as valências de Lar de 3ª idade, Creche e Centro ATL com **22 (36,7%)**, **20 (33,3%)** e **18 (30%)** respectivamente. Em contrapartida as valências de Formação Escolar, Atendimento Integrado, Deficiência física/motora, Centro de Refeições e Centro de Formação apresentam o valor mais baixo, apenas com **1 (1,7%)**.

**Quadro 7: Valências e número de Instituições com essas Valências**

<b>Valências</b>	<b>Valores Absolutos</b>	<b>Percentagem (%)*</b>
<b>Creche</b>	20	33,3
<b>Jardim-de-Infância</b>	17	28,3
<b>Lar de Jovens</b>	3	5
<b>Centro ATL</b>	18	30
<b>Lar de 3ª Idade</b>	22	36,7
<b>Centro de Dia</b>	27	45
<b>Apoio Domiciliário</b>	44	73,3
<b>Formação Escolar</b>	1	1,7
<b>Atendimento Integrado</b>	1	1,7
<b>Deficiência Física/Motora</b>	1	1,7
<b>Deficiência Mental</b>	5	8,3
<b>Centro de Refeições</b>	1	1,7
<b>Centro de Orientação Profissional</b>	2	3,3
<b>Formação Profissional</b>	4	6,7
<b>Centro de Formação</b>	1	1,7
<b>Outras</b>	9	15

\*para a obtenção deste valor foi calculado o peso relativo da resposta encontrada para cada categoria relativamente ao universo considerado (60). Por ser uma pergunta de múltipla escolha (uma vez que uma instituição pode trabalhar com vários tipos de população alvo) o total n é igual a 100%

Quanto aos Recursos Humanos das instituições, os técnicos que existem em maior número são Professores com **86 (24,8%)**. De seguida temos os Educadores de Infância com **62 (18%)**. Aqueles que existem em menor número são os Nutricionistas, Sociólogos e Técnicos de Educação Especial e Reabilitação com **3 (0,9%)**. Em média existem 5,7 técnicos por Instituição.

**Quadro 8: Técnicos**

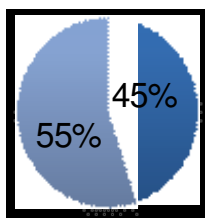
<b>Técnicos</b>	<b>Valores Absolutos</b>	<b>Percentagem (%)*</b>
<b>Animadores Sociais/Culturais</b>	35	10,1
<b>Educador Social</b>	15	4,3
<b>Educadores de Infância</b>	62	18
<b>Enfermeiro</b>	38	11
<b>Fisioterapeuta</b>	5	1,4
<b>Médico</b>	14	4
<b>Nutricionista</b>	3	0,9
<b>Professores</b>	86	24,8
<b>Psicólogos</b>	34	9,8
<b>Sociólogos</b>	3	0,9
<b>Técnico de Educação Especial e Reabilitação</b>	3	0,9
<b>Técnicos Superiores de Serviço Social</b>	48	13,9
<b>TOTAL</b>	<b>346</b>	<b>100</b>

\*para a obtenção deste valor foi calculado o valor relativo da resposta encontrada para cada categoria relativamente ao nº total de respostas visto ser uma pergunta de múltipla escolha

Em relação ao voluntariado, conforme se pode constatar no gráfico nº2, **27 (45%)** instituições desenvolvem práticas de voluntariado enquanto **33 (55%)** não o fazem. É de salientar que, na maioria das instituições, as Direcções são compostas por voluntários. Há também de referir que práticas de voluntariado verificam-se apenas nas Instituições de média e grande dimensão. O número de voluntários exposto no gráfico nº2 corresponde àqueles que desenvolvem trabalho auxiliar, administrativo e cargos directivos.

## Gráfico 2 - Práticas de Voluntariado desenvolvidas pela Instituição

■ Sim ■ Não



### 3.2 - Modelos de Gestão e Prioridades da Organização

Quanto às pessoas que fazem parte das Direcções, a sua actividade profissional é muito variada, sendo que praticamente todos desempenham as funções abaixo referidas fora das instituições que presidem. No entanto, apresentam-se em maior número os Técnicos Superiores com **17 (28,3%)** (Advogados – 2; Enfermeiro – 1; Engenheiro – 1; Médico – 2; Nutricionista – 1; Professor – 8; Psicólogo – 1; Sociólogo – 1), de seguida os Párocos/Sacerdotes e Reformados com **16 (26,6%)** e **12 (20%)**. Nos últimos lugares com apenas **1 (1,7%)** indivíduo temos Agricultor, Comerciante, Empregado de Balcão, Presidente da Câmara, Provedor e Vice-Presidente da Câmara.



**Quadro 9: Actividade Profissional do Presidente da Direcção**

<b>Actividade Profissional</b>	<b>Número de Instituições</b>	<b>Percentagem (%)*</b>
<b>Administrativo</b>	2	3,3
<b>Agricultor</b>	1	1,7
<b>Comerciante</b>	1	1,7
<b>Director Executivo</b>	4	6,6
<b>Empregado de Balcão</b>	1	1,7
<b>Empresário</b>	2	3,3
<b>Pároco/Sacerdote</b>	16	26,6
<b>Presidente da Câmara</b>	1	1,7
<b>Provedor</b>	1	1,7
<b>Reformado</b>	12	20
<b>Técnico Superior</b>	17	28,3
<b>Vice-Presidente da Câmara</b>	1	1,7
<b>Não respostas</b>	1	1,7
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

\*valores arredondados

No Distrito de Viseu, **35 (58,3%)** instituições pertencem à União das IPSS; **8 (13,3%)** pertencem à União das Misericórdias; **2 (3,3%)** aos Organismos Internacionais. Não há nenhuma instituição que pertença à União das Mutualidades. Contudo, existem **15 (25%)** que não pertencem a nenhum organismo adiantando como justificação a falta de informação sobre estas Uniões e a não pertença a essas Uniões devido ao preço elevado das quotas. Esta pertença às Uniões manifesta-se em variadas formas de participação: integração na Direcção, participação nas reuniões e assembleias, informação das actividades e/ou pagamentos de quotas. Por fim, nesta questão também se pode verificar que a maioria dos inquiridos paga apenas quotas e poucos pertencem à direcção das Uniões.

**Quadro 10: Pertença a Organismos Sociais Nacionais e Internacionais**

União das IPSS		União das Misericórdias		Organismos Internacionais		Nenhum Organismo	
V.A	%	V.A	%	V.A	%	V.A	%
35	58,3	8	13,3	2	3,3	45	75

Em relação aos aspectos importantes para o funcionamento interno da instituição, **49 (81,7%)** instituições responderam que é muito importante “Mais formação profissional” (quantidade de formação) e **48 (80%)** consideram também muito importante “Melhor formação profissional” (qualidade da formação). **39 (65%)** Instituições consideram que é muito importante melhores remunerações e **31 (51,7%)** também consideram o mesmo em relação ao melhor ambiente de trabalho.

Pode-se concluir que a maioria das Instituições considera “muito importante” todos os aspectos para o funcionamento interno da instituição referenciados no quadro 11.

**Quadro 11: Aspectos importantes para o Funcionamento Interno da Instituição**

<b>Aspectos importantes para o funcionamento interno da Instituição</b>	<b>Muito Importante</b>	<b>%</b>	<b>Importante</b>	<b>%</b>	<b>Pouco Importante</b>	<b>%</b>	<b>Não Respostas</b>	<b>Total</b>
<b>Mais Formação Profissional</b>	49	81,7	11	18,3	-	-	-	60
<b>Melhor Formação Profissional</b>	48	80	7	11,7	-	-	5	60
<b>Mais troca de saberes com outros técnicos</b>	34	56,7	20	33,3	-	-	6	60
<b>Melhores remunerações</b>	39	65	16	26,7	2	3,3	3	60
<b>Melhor ambiente de trabalho</b>	31	51,7	22	36,6	3	5	4	60
<b>Maior participação nas decisões</b>	24	40	27	45	4	6,7	5	60
<b>Alargamento dos quadros técnicos</b>	20	33,3	27	45	8	13,3	5	60
<b>Profissionalização do pessoal dirigente</b>	24	40	22	36,7	6	10	8	60
<b>Melhor relação com os colegas</b>	29	48,3	23	38,3	4	6,7	4	60
<b>Melhor capacidade de gestão</b>	34	56,7	21	35	1	1,7	4	60

No quadro 12 conclui-se que a prioridade escolhida no sentido de melhorar o funcionamento da instituição é sem dúvida a de **melhorar a formação e satisfação de técnicos e voluntários**, com mais de metade das escolhas, num total de, **32 (53,3%)**. No entanto a opção de **Criar mecanismos e instrumentos de animação das instituições e dos tecidos sociais da região ou local onde se situam**, só apenas **5 (8,3%)** instituições consideram prioritário esse aspecto. Quanto ao **melhoramento de equipamentos ao dispor da instituição e dos seus beneficiários**, **12 (20%)** consideram esse aspecto prioritário e em relação a um **aumento da intervenção e participação junto dos beneficiários**, **11 (18,4%)** instituições consideram esse o aspecto prioritário no sentido da melhoria do funcionamento da Instituição.

**Quadro 12: Prioridade no sentido de melhorar o Funcionamento da Instituição**

<b>Prioridade</b>	<b>Número de Instituições</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>Melhorar a formação e satisfação de técnicos e voluntários</b>	32	53,3
<b>Aumentar, de imediato, a intervenção e participação junto dos beneficiários</b>	11	18,4
<b>Melhorar os equipamentos ao dispor da instituição e dos seus beneficiários</b>	12	20
<b>Criar mecanismos e instrumentos de animação das instituições e dos tecidos sociais da região ou local onde se situam</b>	5	8,3
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

### **3.3 - Identificação e Caracterização dos Principais Problemas Sociais na Área Geográfica de Intervenção da Instituição**

As instituições foram inquiridas sobre o grau de gravidade de alguns problemas sociais. Aqui, problema social é entendido como um problema das relações humanas que ameaça a sociedade ou impede as aspirações de muitas pessoas. Segundo o quadro 13, em relação ao

Desemprego, **22 (36,7%)** Instituições responderam que é *grave* na sua área geográfica de intervenção e **nenhuma** considerou que o desemprego *não existe*. Quanto à Pobreza/Carência Económica as respostas são muito idênticas, pois **24 (40%)** Instituições consideram que esta problemática é *grave* e **nenhuma** considerou a *inexistência* da Pobreza na sua área geográfica de intervenção. No caso da Violência Familiar as respostas são um pouco diferentes, uma vez que **32 (53,3%)** Instituições consideram estes casos como *pouco graves* enquanto que **3 (5%)** consideram ser *bastante grave* na sua área geográfica de intervenção. Quanto à Delinquência os dados são muito semelhantes, pois **34 (56,7%)** das Instituições consideram ser *pouco grave* e **nenhuma** assinalou como *bastante grave*. Em relação ao Alcoolismo, **24 (40%)** Instituições acham que é *grave* e **1 (1,7%)** considera que ele *não existe*. A Toxicodependência é considerada *pouco grave* na área geográfica de intervenção de **24 (40%)** Instituições, enquanto **1 (1,7%)** a considerou *bastante grave*. Os Problemas Habitacionais foram considerados *grave* e *muito grave* por **21 (70% na soma das duas)** das Instituições em cada um dos itens, ao passo que nenhuma assinalou como *bastante grave* esta problemática.

**Quadro 13: Nível de gravidade dos Problemas Sociais Identificados**

Prioridade	Não existência do problema	%	Pouco Grave	%	Grave	%	Muito Grave	%	Bastante Grave	%	Total
<b>Desemprego</b>	-	-	19	31,6	22	36,7	7	11,7	12	20	60
<b>Pobreza/Carência Económica</b>	-	-	15	25	24	40	13	21,7	8	13,3	60
<b>Violência Familiar</b>	8	13,3	32	53,3	12	20	5	8,4	3	5	60
<b>Delinquência</b>	11	18,3	34	56,7	12	20	3	5	-	-	60
<b>Alcoolismo</b>	1	1,7	11	18,3	24	40	14	23,3	10	16,7	60
<b>Toxicodependência</b>	11	18,3	24	40	17	28,3	7	11,7	1	1,7	60
<b>Problemas Habitacionais</b>	2	3,3	16	26,7	21	35	21	35	-	-	60
<b>Outros</b>	-	-	-	-	1		-		4		5

Na questão sobre os problemas a que as Instituições respondem prioritariamente, cada Instituição podia identificar dois problemas. Segundo a análise feita ao quadro 14, verifica-se que o *Envelhecimento Demográfico* e problemas relacionados com as *Crianças e Deficiência* são os problemas que as Instituições consideram prioritários, com um total de **42 (45,6%)**. De seguida, surge a *Pobreza* – considerada em termos de precariedade económica com **19 (20,7%)**. O problema social menos assinalado pelas Instituições é o das *Minorias Étnicas* com **1 (1,1%)** resposta.

**Quadro 14: Problemas a que as Instituições respondem prioritariamente**

<b>Problemas Sociais</b>	<b>Valores Absolutos</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>Desemprego</b>	13	14,1
<b>Pobreza / Carência Económica</b>	19	20,7
<b>Minorias Étnicas</b>	1	1,1
<b>Violência Familiar</b>	4	4,3
<b>Alcoolismo</b>	3	3,3
<b>Problemas Habitacionais</b>	9	9,8
<b>Outros (Envelhecimento da população, Crianças, Deficiência)</b>	42	45,6
<b>Não responde / Não sabe</b>	1	1,1
<b>TOTAL*</b>	<b>92</b>	<b>100</b>

\*cada instituição podia identificar dois problemas

Em relação às formas obtidas para detectar os problemas sociais, cada Instituição poderia identificar mais do que uma forma. Assim sendo, o quadro 15 mostra que **53 (45,6%)** Instituições detectam os problemas sociais através do *contacto directo com a população*. A densidade populacional baixa permite esse conhecimento e contacto face a face na identificação dos problemas. Em contrapartida, **5 (4,3%)** detectam os problemas através de *estudos ou investigações*.

**Quadro 15: Formas utilizadas para detectar os Problemas Sociais**

<b>Formas Utilizadas</b>	<b>Número de Instituições</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>Estudos ou Investigações</b>	5	4,3
<b>Dados exteriores à instituição (estudos, estatísticas, etc)</b>	6	5,2
<b>Contacto directo com a população</b>	53	45,6
<b>Solicitações directas da população</b>	38	32,8
<b>Provenientes de outras instituições</b>	14	12,1
<b>TOTAL*</b>	<b>116</b>	<b>100</b>

\*cada instituição podia identificar mais do que uma forma de detecção

As Organizações também foram questionadas sobre a avaliação que fazem em relação ao seu contributo para a resolução ou diminuição dos problemas sociais identificados. Assim, **12 (20%)** Instituições consideram que têm tido um *papel decisivo* para a resolução dos problemas sociais. **38 (63,3%)** afirmam que têm tido um *papel positivo*. Já **5 (8,3%)** das Instituições consideram que *nas actuais condições não pode fazer melhor*. A justificação para esta resposta surge com a dificuldade por parte das Instituições em fazer face às solicitações decorrentes dos Acordos de Cooperação da Segurança Social (segundo a norma II do Despacho Normativo nº72/92, a “cooperação entre os centros regionais e as instituições tem por finalidade a concessão de prestações sociais e baseia-se no reconhecimento e valorização, por parte do Estado, do contributo das Instituições para a realização dos fins da acção social, enquanto expressão organizada da sociedade civil) ” e com a baixa mensalidade dos utentes. As Instituições desejam fazer melhor mas por vezes torna-se complicado pois não têm capacidade financeira para tal. **4 (6,7%)** Instituições consideram que *há muita coisa a melhorar* e **1 (1,7%)** Instituição considera que *pouco contribui* para a resolução dos problemas sociais.

**Quadro 16: Avaliação Intervenção da Instituição em relação aos Problemas Sociais Identificados**

<b>Intervenção da instituição em relação aos problemas sociais</b>	<b>Número de instituições</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>Contribui de forma decisiva</b>	12	20
<b>Tem tido um papel positivo</b>	38	63,3
<b>Nas actuais condições não podia fazer melhor</b>	5	8,3
<b>Há muita coisa a melhorar</b>	4	6,7
<b>Pouco Contribuiu</b>	1	1,7
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>



### **3.4 - Desenvolvimento e Formas de Actuação, de Trabalho e Intervenção**

Segundo a análise feita ao quadro 17 notamos que as Instituições procuram sobretudo desenvolver formas de colaboração com o Organismo que é em grande parte o seu Financiador (a Segurança Social) e Organismos públicos de poder local (Junta de Freguesia e Câmara Municipal). Por exemplo, **52 (86,7%)** trabalham com a Câmara Municipal e **33 (55%)** com a Junta de Freguesia. O tipo de trabalho/colaboração com a Câmara Municipal ou a Junta de Freguesia surge maioritariamente na troca/cedência/usufruto permanente de espaços e equipamentos. No âmbito da colaboração com outros organismos públicos é de realçar a articulação desenvolvida com os Centros de Saúde, Centros de Emprego e outras IPSS. É de salientar que ao nível público de âmbito mais global (europeu, por exemplo), é quase inexistente algum tipo de articulação.

O grau de colaboração com outras instituições congéneres ou organismos federativos das mesmas é reduzido (Misericórdias, Associações de Desenvolvimento Local, Uniões...). Poucas Instituições trabalham com as várias Uniões que existem. Por exemplo, nenhuma das inquiridas colabora com a União das Mutualidades e só **16 (26,7%)** trabalham com a União das IPSS.

A situação é semelhante no que se refere aos Organismos Internacionais. Por exemplo, apenas **1 (1,7%)** instituição colabora/trabalha com a Organização Mundial de Saúde, **2 (3,3%)** trabalham/colaboram com a Comissão Europeia, **3 (5%)** colaboram/trabalham com Organizações Congéneres e **3 (5%)** com a EAPN. Este tipo de trabalho consiste na maioria dos casos em troca de informação e/ou colaboração pontual em projectos.

Concluindo, estes dados revelam algumas debilidades ao nível de colaboração inter-institucional no Distrito.

**Quadro 17: Trabalho/Colaboração com Organismos**

<b>Organismos</b>	<b>Sim</b>	<b>%</b>	<b>Não</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Câmara Municipal</b>	52	86,7	8	13,3	60
<b>Junta de Freguesia</b>	33	55	27	45	60
<b>Santa Casa da Misericórdia</b>	12	20	48	80	60
<b>Outras IPSS</b>	34	56,7	26	43,3	60
<b>Associação de Desenvolvimento Local</b>	11	18,3	49	81,7	60
<b>Outras Associações Sem Fins Lucrativos</b>	9	15	51	85	60
<b>Serviços Locais da Segurança Social</b>	45	75	15	25	60
<b>Centro de Saúde</b>	34	56,7	26	43,3	60
<b>Centro de Emprego</b>	33	55	27	45	60
<b>Estabelecimentos Educativos</b>	22	36,7	38	63,3	60
<b>Rede Social</b>	24	40	36	60	60
<b>Outros Organismos Públicos</b>	17	28,3	43	71,7	60
<b>Comissão de Coordenação Regional</b>	5	8,3	55	91,7	60
<b>Direcção Regional de Educação</b>	7	11,7	53	88,3	60
<b>Centro Regional de Segurança Social</b>	25	41,7	35	58,3	60
<b>Administração Regional de Saúde</b>	15	25	45	75	60
<b>Programa Nacional de luta contra a Pobreza</b>	10	16,7	50	83,3	60
<b>IEFP</b>	20	33,3	40	66,7	60
<b>Instituto Português da Juventude</b>	10	16,7	50	83,3	60
<b>União das Misericórdias</b>	5	8,3	55	91,7	60
<b>União das IPSS</b>	16	26,7	44	73,3	60
<b>Comissão Europeia</b>	2	3,3	58	96,7	60
<b>Organização Mundial de Saúde</b>	1	1,7	59	98,3	60
<b>Organizações Congéneres</b>	3	5	57	95	60
<b>EAPN</b>	3	5	57	95	60

Quanto à forma como as instituições captam os seus recursos, no quadro 18 verificamos que **34 (56,7%)** Instituições responderam que obtêm *recursos próprios*, como por exemplo a mensalidade dos utentes, mas *não dispensam o apoio do Estado*. A segunda forma mais assinalada é tudo o que têm feito é com o apoio do Estado com **25 (41,7%)** respostas.

**Quadro 18: A forma com as Instituições captam os seus Recursos**

<b>Forma como as Instituições captam os seus recursos</b>	<b>Número de Instituições</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>Tudo o que têm feito é com apoios do Estado</b>	25	41,7
<b>Geram Recursos</b>	0	0
<b>Permite formas de gestão dos recursos mais adequadas e baratas que o Estado</b>	1	1,7
<b>Geram recursos mas não dispensam o apoio do Estado</b>	34	56,7
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Em termos das fontes de financiamento, a quase totalidade das Instituições desenvolve a sua actividade com o *apoio financeiro do Estado*, no caso, **57 (73,1%)** do total. A segunda fonte de financiamento mais assinalada pelas Instituições foi os *Fundos Estruturais e/ou Comunitários* com **8 (10,3%)** respostas, sendo bastante reduzida comparada com a fonte mais assinalada. Por fim, mais ou menos por igual, os *Acordos, Mensalidades dos Utentes, Quotas e Donativos*.

**Quadro 19: Fontes de Financiamento das Instituições**

<b>Fontes de Financiamento</b>	<b>Valores Absolutos</b>	<b>Percentagem (%)*</b>
<b>Estado</b>	57	73,1
<b>Fundos Estruturais e/ou Comunitários</b>	8	10,3
<b>Acordos</b>	3	3,8
<b>Mensalidade dos Utentes</b>	4	5,1
<b>Quotas</b>	2	2,6
<b>Donativos</b>	4	5,1
<b>TOTAL</b>	<b>78</b>	<b>100</b>

\*para a obtenção deste valor foi calculado o valor relativo da resposta encontrada para cada categoria relativamente ao nº total de respostas visto ser uma pergunta de múltipla escolha

Segundo se pode observar no quadro 20 as três principais necessidades sentidas pelas Instituições são a de *Recursos Financeiros* com **49 (29,9%)** respostas, *Equipamentos* com **43 (26,2%)** e a *falta de Meios Humanos* para o funcionamento de novos equipamentos com **22 (13,4%)**. Pelo contrário, apenas **uma (0,6%)** instituição considera os *Meios de divulgação do trabalho em curso e dos objectivos da Instituição* uma necessidade actual.

**Quadro 20: As três principais Necessidades Sentidas actualmente pela Instituição**

<b>Necessidades</b>	<b>Número de Instituições</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>Recursos Financeiros</b>	49	29,9
<b>Equipamentos</b>	43	26,2
<b>Meios Humanos para o funcionamento de novos equipamentos</b>	22	13,4
<b>Formação de pessoal voluntário e de técnicos</b>	21	12,8
<b>Debates e estudos para aprofundar conhecimentos</b>	7	4,3
<b>Meios de Divulgação do trabalho em curso e dos objectivos da Instituição</b>	1	0,6
<b>Meios Técnicos para o desenvolvimento de novos projectos e acções inovadoras</b>	11	6,7
<b>Articulação/Parceria com Outras Instituições</b>	8	4,9
<b>Outro</b>	2	1,2
<b>TOTAL</b>	<b>164</b>	<b>100</b>

\*para a obtenção deste valor foi calculado o valor relativo da resposta encontrada para cada categoria relativamente ao nº total de respostas visto ser uma pergunta de múltipla escolha (3opções)

Segundo a análise feita ao quadro 21, pode introduzir-se o debate entre uma perspectiva do Estado enquanto garante das Instituições (que existem, em certa medida, para realizar trabalho que o Estado não faz) e a perspectiva de que as instituições devem ser pró-activas e elas próprias arranjam fontes alternativas de financiamento. Assim, verifica-se que **47 (78,3%)** concordam com a primeira perspectiva e **13 (21,7%)** concordam com a segunda perspectiva.

**Quadro 21: Opinião da Instituição sobre o Apoio Financeiro do Estado**

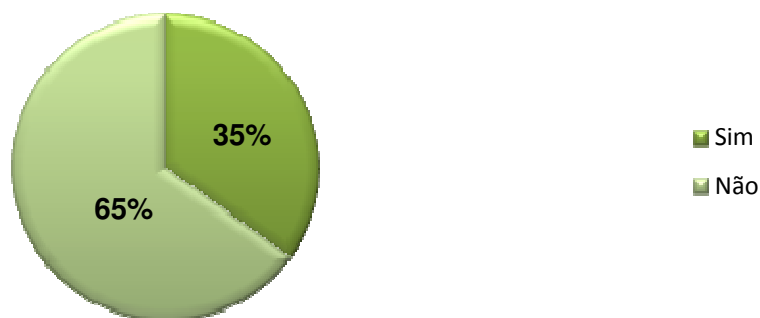
<b>Opinião sobre o apoio financeiro do Estado</b>	<b>Número de Instituições</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>O Estado deve reforçar os seus apoios à acção social já que aqueles que disponibiliza actualmente são manifestamente insuficientes para que as ONG´s possam desenvolver o seu trabalho como o gostariam de fazer</b>	47	78,3
<b>O Estado não cobre – nem pode cobrir todas as necessidades do Sector, pelo que as ONG´s devem procurar fontes de financiamento alternativas e desenvolverem formas inovadoras de recursos</b>	13	21,7
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Em relação à participação em Projectos no âmbito de Programas Nacionais e/ou Comunitários apenas **21 (35%)** Instituições participam nos mesmos. Pelo contrário, **39 (65%)** Instituições não participam em qualquer projecto.

Os motivos que justificam a não participação nos Programas são os seguintes:

- 1- A inacessibilidade à informação relativa aos programas;
- 2- Os objectivos dos programas não vão de encontro aos objectivos da instituição;
- 3- A falta de meios para desenvolver projectos;
- 4- Falta de disponibilidade.

### Gráfico 3: Participação em projectos no âmbito de Programas Nacionais e/ou Comunitários



### Quadro 22: Motivos que justificam a não participação em Programas Nacionais e/ou Comunitários

Motivos que justificam a não participação	Número de Instituições	Percentagem (%)
Inaccessibilidade a informação relativa aos programas	2	3,3
Os objectivos dos programas não se coadunam com os objectivos da Instituição	5	8,3
A Instituição não possui meios (técnicos financeiros, etc) para desenvolver projectos no âmbito de programas	10	16,7
Falta de Disponibilidade	3	5
Não respostas	40	66,7
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Em relação à melhoria dos meios humanos ao dispor das Instituições, segundo o quadro 23, podemos dizer que **27 (45%)** Instituições manteriam o actual quadro de técnicos e de voluntários. Isto deve-se ao facto de as Instituições serem maioritariamente de pequena dimensão (quadro 4), não existindo a necessidade de haver mais profissionais. **24 (40%)** Instituições aumentariam o número de técnicos e apenas **9 (15%)** alargaria a rede de voluntários.

**Quadro 23: Melhoria dos Meios Humanos ao dispor da Instituição**

<b>Meios Humanos</b>	<b>Número d Instituições</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>Aumentaria o número de Técnicos</b>	24	40
<b>Alargaria a rede de Voluntários</b>	9	15
<b>Manteria o actual quadro de técnicos e de voluntários, promovendo, se necessário, acções de formação adequadas</b>	27	45
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100%</b>

Quanto à avaliação que as Organizações fazem em relação aos meios informáticos existentes nas mesmas, segundo podemos observar no quadro 24, **36 (60%)** indicam que têm meios informáticos ao seu dispor e são suficientes, **22 (36,7%)** dizem que têm meios informáticos mas que não são suficientes e, por fim, existem apenas **2 (3,3%)** instituições que não têm ao seu dispor meios informáticos.



**Quadro 24: Avaliação da Instituição em relação aos Meios Informáticos  
Existentes**

<b>Meios Informáticos</b>	<b>Número de Instituições</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>Sim e são suficientes</b>	36	60
<b>Sim mas são insuficientes</b>	22	36,7
<b>Não</b>	2	3,3
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Em termos de desenvolvimento futuro da actividade das Instituições, estas concordam que as ONG para se desenvolverem precisam de mais e melhores meios e capacidade de gestão (**40 - 66,7%**). Segundo estas, é necessário um esforço de actualização por parte das Direcções, constituídas por pessoas reformadas e com baixo grau de escolaridade, para conseguirem acompanhar e responder aos desafios crescentes. Contudo, também afirmam que estas vão alargar o seu âmbito de intervenção a novas valências e áreas de actividade (**39 - 65%**) porque a sociedade precisa de mais, e mais completas respostas sociais. Assim sendo, a maioria acredita que as ONG não vão desaparecer (**52 - 86,7%**) e **37 (61,7%)** prevêem que até vão aumentar. É também opinião maioritária que as ONG irão substituir-se cada vez mais ao Estado (**27 - 45%**) porque este tem cada vez menos vontade e capacidade de resposta. As ONG vão estar, assim, cada vez mais sozinhas na promoção e execução da acção social.

**Quadro 25: Opinião sobre o desenvolvimento das ONG's**

<b>Afirmações</b>	<b>Concordo</b>	<b>%</b>	<b>Concordo Parcialmente</b>	<b>%</b>	<b>Discordo</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>
<b>O número de ONG vai aumentar</b>	37	61,7	17	28,3	6	10	60
<b>O seu número vai manter-se mais ou menos estável</b>	7	11,7	17	28,3	36	60	60
<b>Vão aumentar a sua influência na definição das políticas sociais</b>	38	63,3	18	30	4	6,7	60
<b>Vão aumentar a sua capacidade na resolução de problemas sociais</b>	35	58,3	20	33,3	5	8,3	60
<b>Vão estar cada vez mais sozinhas na promoção e execução da acção social</b>	27	45	21	35	12	20	60
<b>Vão substituir-se cada vez mais ao Estado</b>	27	45	19	31,7	14	23,3	60
<b>Vão alargar o seu âmbito de intervenção a novas valências e áreas de actividade</b>	39	65	18	30	3	5	60
<b>Cada vez mais as orientações na acção social vão ser definidas pelos critérios técnicos</b>	33	55	25	41,7	2	3,3	60
<b>Para se desenvolverem, as ONG devem dotar-se de mais e melhores meios e capacidade de gestão</b>	40	66,7	20	33,3	0	0	60
<b>Têm tendência a desaparecer</b>	2	3,3	6	10	52	86,7	60

### 3.5 - Representações sobre a Exclusão Social e formas de intervenção para a sua atenuação ou resolução

Em relação às representações sobre a pobreza, tentou-se fazer perceber como as 60 Instituições inquiridas consideram que evoluíram as situações de pobreza nos últimos 5 anos na sua área geográfica de intervenção e no país e também nos próximos 5 anos. Assim, **40 (66,7%)** Instituições acham que nos últimos 5 anos na sua zona a pobreza aumentou. Simultaneamente, **51 (85%)** Instituições consideram que a pobreza aumentou no país, nos últimos 5 anos. Quanto aos próximos 5 anos, **51 (85%)** Instituições responderam que na sua área geográfica a pobreza tenderá a aumentar. **54 (90%)** responderam que esta problemática tenderá a aumentar no país nos próximos 5 anos. Concluindo, todos os Organismos inquiridos mostram um grande pessimismo e preocupação com a evolução da pobreza quer na sua zona de intervenção quer no país.

**Quadro 26: Evolução das Situações de Pobreza**

Evolução das situações de Pobreza	Últimos 5 anos na Zona		Últimos 5 anos no País		Próximos 5 anos na Zona		Próximos 5 anos no País	
	V.A	%	V.A	%	V.A	%	V.A	%
<b>Diminuíram/Tenderam a diminuir</b>	3	5	0	0	3	5	1	1,7
<b>Ficaram mais ou menos na mesma/Tenderão a manter-se</b>	17	28,3	9	15	6	10	5	8,3
<b>Aumentaram/Tenderão a aumentar</b>	40	66,7	51	85	51	85	54	90

Outra questão do Inquérito era identificar o grau de vulnerabilidade de vários grupos sociais. Neste contexto, um grupo social é um conjunto de pessoas com características semelhantes. O grau de vulnerabilidade é entendido nesta questão como o risco de vir a cair em situações de desigualdade no acesso a vários bens (oportunidades de participação social, cultural, política e económica designadamente no mercado de trabalho, educação, formação, rendimentos e recursos). Assim, **48 (80%)** Instituições responderam que os Idosos são um grupo social *muito vulnerável* (devido essencialmente à fragilidade económica) tal como os jovens à procura do primeiro emprego conforme a resposta de **34 (56,7%)** Instituições. Segundo o Plano Nacional de Acção para a Inclusão – PNAI (2006-2008), as crianças e as pessoas idosas são dois dos grupos mais vulneráveis”. No Distrito de Viseu, esta afirmação é concordante em relação aos idosos, com um total de 48 instituições a considerar que esse é um grupo social bastante fragilizado. O elevado grau de vulnerabilidade dos Idosos justifica-se pela perda de autonomia, pelo isolamento social, as más condições habitacionais e o difícil acesso aos serviços de saúde.

Para as Instituições inquiridas os trabalhadores em situação de trabalho precário e os desempregados são grupos considerados *muito vulneráveis* para **24 (40%)** e **25 (41,6%)** respectivamente. As mulheres são um grupo considerado *vulnerável* com **23 (38,3%)** respostas. Por fim, os Imigrantes e os Grupos Étnicos são considerados grupos *pouco vulneráveis*, segundo **20 (40%)** das Instituições. Note-se que estes valores poderão estar relacionados com a natureza das instituições em si e com o seu público-alvo. Por exemplo, como não há muitas instituições a trabalhar a temática das migrações, não há muito conhecimento concreto sobre a possível maior vulnerabilidade dos migrantes em relação a outros grupos sociais.

**Quadro 27: Grau de Vulnerabilidade dos Grupos Sociais**

Grupo Social	Não Vulnerável	%	Pouco Vulnerável	%	Vulnerável	%	Muito Vulnerável	%	Bastante Vulnerável	%
<b>Idosos</b>	0		0		4	6,7	8	13,3	48	80
<b>Jovens à procura do primeiro emprego</b>	0		2	3,3	9	15	15	25	34	56,7
<b>Mulheres</b>	1	1,7	18	30	23	38,3	14	23,3	4	6,7
<b>Famílias Monoparentais</b>	2	3,3	21	35	20	33,3	10	16,7	7	11,7
<b>Famílias Extensas</b>	3	5	22	36,7	20	33,3	10	16,7	5	8,3
<b>Deficientes</b>	0		4	6,7	18	30	18	30	20	33,3
<b>Desempregados</b>	0		1	1,7	10	16,7	25	41,6	24	40
<b>Trabalhadores em situação de trabalho precário</b>	1	1,7	2	3,3	7	11,7	24	40	26	43,3
<b>Trabalhadores com baixos salários</b>	2	3,3	1	1,7	13	21,7	19	31,7	25	41,6
<b>Toxicodependentes</b>	3	5	7	11,7	15	25	15	25	20	33,3
<b>Alcoólicos</b>	0		2	3,3	20	33,3	18	30	20	33,3
<b>Doentes Crónicos</b>	0		3	5	19	31,7	17	28,3	21	35
<b>Imigrantes</b>	4	6,7	24	40	15	25	9	15	8	13,3
<b>Grupos Étnicos</b>	3	5	24	40	20	33,3	7	11,7	6	10

A maioria das Instituições atribui ao Estado a maior responsabilidade pela resolução dos problemas, havendo neste caso um total de **33 (55%)** respostas. Ao invés, apenas **2 (3,3%)** Instituições responderam que a responsabilidade cabe aos Partidos Políticos.

**Quadro 28: Responsabilidade pela Resolução dos Problemas Sociais**

<b>A quem cabe uma maior responsabilidade pela resolução dos problemas sociais</b>	<b>Número de Instituições</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>Estado</b>	33	55
<b>Sociedade Civil</b>	25	41,7
<b>Partidos Políticos</b>	2	3,3
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Em relação aos beneficiários directos da intervenção social, **41 (68,3%)** Instituições preferiram que devem ser os grupos socialmente mais desfavorecidos. Em contrapartida, **19 (31,7%)** responderam que deveria ser a população em geral o beneficiário directo. Os “apoiantes” da segunda opção afirmam que a intervenção social abrangendo todos melhora a qualidade de vida da população em geral, e, como tal, desenvolve globalmente a sociedade.

**Quadro 29: Beneficiários Directos da Intervenção Social**

<b>Beneficiários directos</b>	<b>Número de Instituições</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>Grupos socialmente mais desfavorecidos ou em situação de risco</b>	41	68,3
<b>A população em geral</b>	19	31,7
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Quanto à forma de actuação mais adequada ao combate da exclusão social, **25 (41,7%)** instituições concordam que a intervenção social promovida para o local, tendo em conta a envolvente global é a mais correcta. **13 (21,6%)** Instituições consideram que a forma mais adequada de intervenção deve ser promovida localmente, de acordo com as especificidades da comunidade. A terceira opção afirma que a intervenção social deve ser promovida globalmente através de um trabalho em rede. Esta opção reuniu a preferência de **12 (20%)** Instituições. A quarta alternativa, escolhida por **9 (15%)** das instituições, consiste na

intervenção social promovida globalmente e de forma especializada. Na última situação, houve apenas **1 (1,7%)** resposta, que consistia em promover a intervenção social localmente de forma individualizada, ou seja, esta opção pressupõe que cada instituição deve trabalhar só para si.

**Quadro 30: Formas mais adequadas ao combate à Exclusão Social**

<b>Forma mais adequada ao combate da Exclusão Social</b>	<b>Número de Instituições</b>	<b>Percentagem (%)</b>
<b>A intervenção social de combate à exclusão social deve ser promovida localmente, de acordo com as especificidades da comunidade, e ser desenvolvida pelas Instituições de âmbito similar existentes, de forma individualizada, segundo a área e a população específica com que trabalham</b>	1	1,7
<b>A intervenção social de combate à exclusão social deve ser promovida localmente, de acordo com as especificidades da comunidade, e ser desenvolvida pelo trabalho conjunto, em rede e em parceria, das Instituições de âmbito similar existente.</b>	13	21,6
<b>A intervenção social de combate à exclusão social deve ser promovida globalmente (ao nível nacional e internacional), de forma especializada, segundo a área de trabalho das várias instituições de âmbito similar</b>	9	15
<b>A intervenção social de combate à exclusão social deve ser promovida globalmente através de um trabalho em rede e em parceria com as instituições existentes</b>	12	20
<b>A intervenção social de combate à exclusão social deve ser promovida para o local, tendo em conta a envolvente global para que o trabalho, a ser desenvolvido, em rede, pelas várias instituições e actores sociais seja convergente no sentido de consubstanciar políticas sociais sólidas e melhor adequadas às várias realidades existentes</b>	25	41,7
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

## CONCLUSÕES

Este estudo de investigação teve como objectivo primordial dar a conhecer a realidade institucional das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Distrito de Viseu. Tendo obtido uma amostra com a representatividade de 25%, apurámos quanto à caracterização institucional, que a maioria das instituições possui o estatuto de IPSS (61,7%). Quanto ao tipo de população alvo a que as Instituições dedicam a sua actividade é na sua maioria a idosos e crianças.

No que diz respeito ao perfil profissional dos técnicos, destacam-se os Professores, Educadores de Infância, Técnicos Superiores de Serviço Social, Enfermeiros, Animadores Sociais/Culturais e Psicólogos. Quanto às práticas de voluntariado desenvolvidas pela Instituição, 55% destas desenvolvem esse tipo de prática.

Em relação à actividade profissional dos Presidentes das Direcções (muitos exercem actividades profissionais paralelas noutras instituições) das Instituições da amostra a sua maioria é Técnico Superior (28,3%). No que diz respeito aos aspectos importantes para o funcionamento interno das instituições, 49 (81,7%) instituições responderam que é muito importante “Mais formação profissional” (quantidade de formação) e 48 (80%) consideram também muito importante “Melhor formação profissional” (qualidade da formação). Segundo a opinião dos inquiridos (53,3%) melhorar a formação e satisfação dos técnicos e voluntários é uma grande prioridade no sentido de melhorar o funcionamento das Instituições.

No âmbito da identificação e caracterização dos principais problemas sociais, as Instituições consideram o Desemprego e o Alcoolismo como os problemas sociais mais graves nas suas áreas geográficas de Intervenção. Segundo as Instituições inquiridas (45,6%), o contacto directo com a população é a forma mais frequente para detectar os problemas sociais.

Quanto ao desenvolvimento e formas de actuação, de trabalho e intervenção, a forma mais usual para a captação dos recursos financeiros segundo 56,7% das instituições é a de gerir recursos, no entanto sem dispensar o apoio do Estado. Em termos das fontes de financiamento, a quase totalidade das Instituições desenvolve a sua actividade com o apoio financeiro do Estado, no caso, 73,1% das Instituições. A opinião das Instituições sobre o apoio financeiro do Estado (78,3%) é de que este deve reforçar os seus apoios à acção social já que aqueles que disponibilizam actualmente são manifestamente insuficientes. Em relação à melhoria dos meios humanos ao dispor das instituições, 45% delas manteria o actual quadro de técnicos e de voluntários, promovendo, se necessário, acções de formação adequadas.



No que se refere às representações sobre a exclusão social e formas de intervenção para a sua atenuação ou resolução, as Instituições identificam os idosos como um grupo social muito vulnerável (devido essencialmente à fragilidade económica) tal como os jovens à procura do primeiro emprego com 80% e 56,7% respostas respectivamente. Quanto a quem cabe uma maior responsabilidade pela resolução dos problemas sociais, 55% das Instituições identificam o Estado como principal responsável.

Por fim, 41,7% das Instituições exprimem a ideia que a forma de combate à exclusão social mais adequada deve ser promovida para o local, tendo em conta a envolvente global para que o trabalho, a ser desenvolvido, em rede, pelas várias instituições e actores sociais, seja convergente no sentido de consubstanciar políticas sociais sólidas e mais adequadas às várias realidades existentes.

## BIBLIOGRAFIA

- Baptista, M. Veras (s/d), *A investigação em Serviço Social*, Lisboa, CPIHTS
- Barroco, Maria de Fátima (2000), *As ONG's em Portugal*, Lisboa Edições Cosmos;
- Capucha, Luís (1995), *ONG's de solidariedade social: práticas e disposições* – Cadernos REAPN nº2, Porto, Porto Editora;
- Capucha, Luís. Aires, Sérgio. Quintela, João. Reis, Ana Luísa. Santos, Paulo Costa. “*ONG de Solidariedade Social: Práticas e Disposições*”, Cadernos REAPN, Porto, 2006;
- Caritas Diocesanas da Guarda (2006), *Mais próximo do próximo*, Guarda, Gráfica do Tortosendo;
- Castel, Robert, *As metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998
- Costa, Alfredo Bruto e tal (2003), *Uma Conversa sobre a pobreza: conceitos, políticas e acções em Portugal*, Porto, REAPN;
- Deshaies, B. (1997), *Metodologias da Investigação em ciências Humanas*, Lisboa, Instituto Piaget
- Estivill, J. et tal (2004), *10 Anos Da REAPN em Portugal*, Porto, Cadernos REPAN
- Estivill, Jordi (1997), *O Partenariado Social na Europa – uma estratégia participativa para a Inserção*, cadernos REAPN nº3;
- Ferreira, Silva (2002), *As Organizações no Terceiro Sector da Segurança Social*, Actas do IV Congresso Português de Sociologia;
- Quivy, Rymond; Campenhoudt, Luc Van (2003), *Manual de Investigação em ciências sociais*, Lisboa, Edição Gravida;
- Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal (s.d), Folheto informativo sobre a REAPN/Portugal
- Santos, Luís A. (1997), *As instituições particulares de solidariedade social em Portugal*, in Barros, C.P;

Room, G. "*Trajectories of social exclusion: the wider context for the third and first worlds*",  
GORDON, D. & TOWNSEND, P. (Eds.). *Breadline Europe: the measure of poverty*. Bristol,  
U.K.: The Policy Press, 2000;

Xiberras, Martine, *As Teorias da Exclusão: para uma construção do Imaginário do Desvio*,  
Lisboa, Instituto Piaget, 1993.

## **WEBGRAFIA**

<http://europe.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt7biblio/exclusion/sub11.htm>

[www.ces.uc.pt](http://www.ces.uc.pt)

[www.gov-civil.pt](http://www.gov-civil.pt)

[www.ine.pt](http://www.ine.pt)

[www.reapn.org](http://www.reapn.org)

[www.seg-social.pt](http://www.seg-social.pt)

[www.socialgest.pt](http://www.socialgest.pt)

[www.uac.pt](http://www.uac.pt)

[www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)

[www.presidencia.pt/archive/doc/CCCI\\_Interv\\_LimoMaia.pdf](http://www.presidencia.pt/archive/doc/CCCI_Interv_LimoMaia.pdf)

*Viseu, 2009*

## **SIGLAS**

**BM** – Banco Monetário

**CNIS** – Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade

**DGERT** - Direcção Geral para o Emprego e Relações de Trabalho

**EAPN** – European Anti-Poverty Network

**FMI** – Fundo Monetário Internacional

**IEFP**- instituto de Emprego e Formação Profissional

**IPSS** – Instituições Particulares de Solidariedade Social

**MATTER** - Manual de Formação sobre Trabalho em Rede

**ONG** - Organização Não Governamental

**ONGD** – Organização Não Governamental para o Desenvolvimento

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PNAI** – Plano Nacional de Acção para a Inclusão

**REAPN** – Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal

**UE** – União Europeia

## ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

### QUADROS

Quadro 1: Fases do Estudo de Investigação

Quadro 2: Número de Instituições por Concelho

Quadro 3: Área geográfica d intervenção

Quadro 4: Número de Funcionários

Quadro 5: Número de funcionários segundo a Natureza Jurídica da Instituição

Quadro 6: Tipo de população alvo que a instituição dedica a sua actividade

Quadro 7: Valências e número de Instituições com essas valências

Quadro 8: Técnicos

Quadro 9: Actividade Profissional/Situação face ao emprego do Presidente da Direcção

Quadro 10: Pertença a Organismos Sociais Nacionais e Internacionais

Quadro 11: Aspectos importantes para o funcionamento interno da instituição

Quadro 12: Prioridade no sentido de melhorar o funcionamento da Instituição

Quadro 13: Nível de gravidade dos problemas sociais identificados

Quadro 14: Problemas a que as Instituições respondem prioritariamente

Quadro 15: Formas utilizadas para detectar os problemas sociais

Quadro 16: Avaliação da Instituição em relação aos problemas sociais identificados

Quadro 17: Trabalho/Colaboração com Organismos

Quadro 18: A forma como as Instituições captam os seus recursos

Quadro 19: Fontes de financiamento das Instituições

Quadro 20: As três principais necessidades sentidas actualmente pela Instituição

Quadro 21: Opinião da Instituição sobre o apoio financeiro do Estado

Quadro 22: Motivos que justificam a não participação em programas Nacionais e/ou Comunitários

Quadro 23: Melhoria dos Meios Humanos ao dispor da Instituição

Quadro 24: Avaliação da Instituição em relação aos meios informáticos existentes

Quadro 25: Opinião sobre o desenvolvimento das ONG

Quadro 26: Evolução das Situações de Pobreza

Quadro 27: Grau de Vulnerabilidade dos Grupos Sociais

Quadro 28: Responsabilidade pela resolução dos problemas sociais

Quadro 29: Beneficiários directos da intervenção social

Quadro 30: Formas mais adequadas ao combate à exclusão social

## **GRÁFICOS**

Gráfico 1: Natureza Jurídica das Instituições

Gráfico 2: Práticas de Voluntariado desenvolvidas pela Instituição

Gráfico 3: Participação em projectos no âmbito de Programas Nacionais e/ou Comunitários

# ***ANEXOS***



